

Portarias da Presidência

PORTARIA Nº 034/2026 - P

O Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, no uso de suas atribuições constitucionais, de conformidade com o art. 28 do Regimento Interno, (Resolução nº 201, de 18 de setembro de 1997), e em consonância com o art. 3º da Lei nº 4.209, de 2023,

RESOLVE:

Art. 1º Estabelecer o horário das 8h às 14h para o funcionamento da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins nos dias 19/06/2026 e 24/06/2026, dias de jogos da Seleção Brasileira na Copa do Mundo de 2026.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da Presidência da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, aos 16 dias do mês de junho de 2026.

Deputado AMÉLIO CAYRES
Presidente

Portarias da Diretoria-Geral

PORTARIA Nº 499/2026 - DG

O Diretor-Geral da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, no uso da atribuição que lhe confere o art. 116, inciso IX da Lei nº 4.209, de 28 de agosto de 2023, outorgado pelo Decreto Administrativo nº 552/2024, de 28 de maio de 2024, do Presidente da Assembleia Legislativa, com fulcro no art. 37 da Lei nº 1818, de 23 de agosto de 2007.

RESOLVE:

Art. 1º Designar os servidores para, sem prejuízo de suas atribuições normais, exercerem o encargo de Gestor e de Fiscal de Contrato, para assegurar o fiel cumprimento de todas as cláusulas contratuais, respondendo pelo acompanhamento e pela fiscalização de sua execução, do contrato elencado a seguir:

Processo nº: 141/2026.

Contrato nº: 006/2026.

Contratada: J M BRAGA COMERCIAL BRILHANTE, CNPJ nº 37.010.127/0001-00.

Objeto do Contrato: O presente Contrato tem por objeto a contratação de empresa especializada para o fornecimento continuado, sob demanda, de gêneros alimentícios industrializados e in natura, destinados ao atendimento das necessidades da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins.

Gestor do Contrato: Wilmar Francisco Souza Silva - matrícula: 114814.

Fiscal do Contrato: Edinaldo Batista da Costa - matrícula: 6007.

Art. 2º São atribuições do Gestor do contrato:

I - coordenar as atividades relacionadas à fiscalização técnica, administrativa e setorial, de que tratam os incisos II, III e IV do caput do art. 20;

II - acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato das ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, e informar à autoridade superior aquelas que ultrapassarem a sua competência;

III - acompanhar a manutenção das condições de habilitação do contratado, para fins de empenho de despesa e de pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais;

IV - coordenar a rotina de acompanhamento e de fiscalização do contrato, cujo histórico de gerenciamento deverá conter todos os registros formais da execução, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, e elaborar relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração;

V - coordenar os atos preparatórios à instrução processual e ao envio da documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de que trata o inciso I do caput do art. 20;

VI - elaborar o relatório final de que trata a alínea “d” do inciso VI do § 3º do art. 174 da Lei nº 14.133, de 2021, com as informações obtidas durante a execução do contrato;

VII - coordenar a atualização contínua do relatório de riscos durante a gestão do contrato, com apoio dos fiscais técnico, administrativo e setorial;

VIII - emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, a constarem do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações conforme disposto em regulamento;

IX - realizar o recebimento definitivo do objeto do contrato referido no art. 23, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais; e

X - tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor competente para tal, conforme o caso.

Art. 3º São atribuições do Fiscal do contrato:

I - prestar apoio técnico e operacional ao gestor do contrato, com a realização das tarefas relacionadas ao controle dos prazos relacionados ao contrato e à formalização de apostilamentos e de termos aditivos, ao acompanhamento do empenho e do pagamento e ao acompanhamento de garantias e glosas;

II - verificar a manutenção das condições de habilitação da contratada, com a solicitação dos documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário;

III - examinar a regularidade no recolhimento das contribuições fiscais, trabalhistas e previdenciárias;

IV - atuar tempestivamente na solução de eventuais problemas relacionados ao descumprimento das obrigações contratuais e reportar ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência;

V - auxiliar o gestor do contrato com as informações necessárias, na elaboração do documento comprobatório da avaliação realizada na fiscalização do cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, conforme o disposto no inciso VIII do caput do art. 21; e

VI - realizar o recebimento provisório do objeto do contrato referido no art. 23, mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Diretoria-Geral da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, aos 15 dias do mês de junho de 2026.

IRISFRAN DE SOUSA PEREIRA
Diretor-Geral

PORTARIA Nº 500/2026 - DG

O Diretor-Geral da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, no uso de suas atribuições legais, em consonância com o disposto no art. 133, da Lei nº 4.209, de 11 de agosto de 2023, e considerando o Decreto Administrativo nº 822, de 15 de junho de 2026, publicado no Diário da Assembleia nº 4279,

RESOLVE:

Art. 1º LOTAR temporariamente a servidora GIZELDA DA COSTA SILVA KANELA, ocupante de Cargo de Natureza Especial-CNE, no Gabinete do Deputado Ivory de Lira.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos ao dia 15 de junho de 2026.

Diretoria-Geral da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, aos 16 dias do mês de junho de 2026.

IRISFRAN DE SOUSA PEREIRA
Diretor-Geral

Atos de Procedimentos Licitatórios

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DO LEILÃO Nº 001/2026

Processo nº: 00399/2025

Leilão nº 001/2026

Objeto: Leilão para a venda de bens móveis (veículo), de propriedade da Assembleia Legislativa do Tocantins, conforme condições estabelecidas no Edital e seus anexos.

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto na Lei Federal nº 14.133/2021 e suas alterações, CONSIDERANDO que foram realizados todos os procedimentos legais e necessários relativos ao processo acima identificado, conforme prestação de contas do Leiloeiro, observando os preços mínimos para lances do lote, constantes do laudo de avaliação acostado aos autos.

RESOLVE:

1 - HOMOLOGAR E ADJUDICAR o procedimento licitatório na modalidade LEILÃO, por satisfazer o interesse público e observar os demais ditames e princípios legais a que se submete, declarando arrematante o bem abaixo relacionado:

| Lote 01 | |
|--|--------------------------------------|
| Nome: VISÃO SERVIÇOS DE LOCAÇÃO LTDA | |
| CNPJ: 02.799.436/0001-18 | Valor do Lanço final: R\$ 165.000,00 |
| Endereço: Av Castelo Branco, 1.445, Sala B, Centro - Paraisópolis - TO | |

Gabinete da Presidência da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, Palmas aos 16 dias do mês de junho de 2026.

Deputado AMÉLIO CAYRES
Presidente

Extratos de Contrato

EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO

TERMO DE CONTRATO: nº 006/2026.

PROCESSO: nº 141/2026.

PREGÃO ELETRÔNICO: nº 90003/2026.

CONTRATANTE: ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO TOCANTINS. CNPJ nº 25.053.125/0001-00.

CONTRATADA: J M BRAGA COMERCIAL BRILHANTE - CNPJ nº 37.010.127/0001-00.

OBJETO: O presente Contrato tem por objeto a contratação de empresa especializada para o fornecimento continuado, sob demanda, de gêneros alimentícios industrializados e in natura, destinados ao atendimento das necessidades da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins.

VALOR: O valor total da contratação é de R\$ 536.748,90 (quinhentos e trinta e seis mil, setecentos e quarenta e oito reais e noventa centavos).

VIGÊNCIA: O prazo inicial de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados da assinatura do Termo contratual, na forma do artigo 105 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins deste exercício, na dotação abaixo discriminada: - Unidade Orçamentária: 10100 - Assembleia Legislativa do Tocantins. Programa de Trabalho: 01.031.1141.2183 - Coordenação e manutenção dos serviços administrativos. Natureza da Despesa: 339030 - Material de consumo.

DATA DA ASSINATURA: Palmas/TO, 15 de junho de 2026.

SIGNATÁRIOS: Deputado Amélio Cayres - Presidente ALETO. Jucyanna Mary Braga - Representante da Empresa J M BRAGA COMERCIAL BRILHANTE.